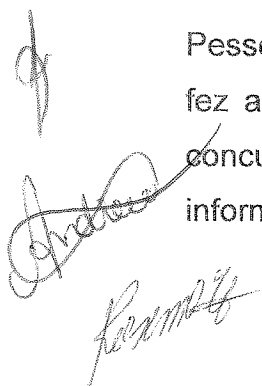


ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI –  
17/03/2021.

Na data de dezessete de março de dois mil e vinte e um, às onze horas, deu-se início a 3ª (terceira) Reunião Ordinária deste Conselho Fiscal, realizada via aplicativo de chamada de vídeo, convocados através da Carta/CF/003/2021 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Ana Cristina Faustino, Anderson Antônio Rocha da Silva, Andrea da Silva Lima, Dalva Pinheiro de Lima, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Jesuel Ferreira de Sá, Juliana de Melo Rosa e Rosemary Pereira Gonçalves. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos – Mês: Fevereiro/2021; b) Apresentação do Demonstrativo dos recursos aplicados pelo IPREVI – Competência: Fevereiro/2021; c) Relatório Simplificado de Gestão Fevereiro/2021; d) Balancete do mês de Fevereiro/2021; e) Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos e Quadro de Pessoal; f) Relatórios de Acompanhamento dos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial; g) Relatório Mensal de Controle Interno; h) Plano de Ação Anual do Controle Interno 2021. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, abrindo a pauta com o Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI, competência – Fevereiro/2021, após uma breve fala acerca do cenário político financeiro e seus impactos sob o mercado. O Demonstrativo apresentou um valor global de R\$151.487.917,05 (cento e cinquenta e um milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, novecentos e dezessete reais e cinco centavos) evidenciando uma rentabilidade negativa de R\$ 2.095.254,09 (dois milhões, noventa e cinco mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e nove centavos) no mês e um retorno acumulado no exercício de menos R\$ 3.919.166,64 (três milhões, novecentos e dezenove mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). Nesse momento, a membro e tesoureira, Ana Cristina Faustino, relatou que houve uma divergência em relação ao saldo apurado no mês de janeiro, por conta do extrato de um fundo incorreto enviado à Autarquia. Com a correção, verificou-se que o saldo global

de janeiro foi de R\$ 153.903.972,44 (cento e cinquenta e três milhões, novecentos e três mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta e quatro centavos) e o retorno na competência foi de menos R\$ 1.823.912,55 (um milhão, oitocentos e vinte e três mil, novecentos e doze reais e cinquenta e cinco centavos). No relativo ao valor global contando com a Taxa de Administração, em janeiro, esse foi de R\$ 156.725.644,81 (cento e cinquenta e seis milhões, setecentos e vinte e cinco mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e oitenta e um centavos). Os referidos valores serão retificados no DAIR do mês de janeiro. Dando prosseguimento à pauta, foi apresentado o Relatório Mensal da Empresa Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos, mês de Fevereiro/2021, demonstrando que, no fechamento da competência, a rentabilidade da carteira do Instituto foi de -1,36% (menos um vírgula trinta e seis por cento) frente uma Meta Atuarial para o mesmo período de 0,86% (zero vírgula oitenta e seis por cento), representando assim um atingimento acumulado de -2,52 % (menos dois vírgula cinquenta e dois por cento) face a uma expectativa de cumprimento de 1,56% (um vírgula cinquenta e seis por cento) da Meta Atuarial até então, havendo, portanto, um gap acumulado de menos 161,54% (cento e sessenta e um vírgula cinquenta e quatro por cento) em relação a Meta estabelecida para o exercício. Ao expor as Movimentações Financeiras, foi demonstrado que no segmento de renda fixa, apenas a categoria de curto prazo teve todos os cinco fundos com rentabilidade positiva, tendo sido alocados nesses 3,3% (três vírgula três por cento) da carteira. Tanto a categoria de médio prazo, que representou 25,54% (vinte e cinco vírgula cinquenta e quatro por cento) da carteira, quanto a categoria de longo prazo, com 13,38% (treze vírgula trinta e oito por cento) das alocações, tiveram todos seis fundos apresentando rentabilidade positiva. Cenário similar a categoria de gestão duration, na qual foram alocados 27,44% (vinte e sete vírgula quarenta e quatro por cento da carteira) e apenas um dos três fundos teve rentabilidade positiva. Dessa maneira, o segmento de renda fixa apresentou um impacto de menos R\$ 735.467,02 (setecentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dois centavos). No tocante a renda variável, os fundos que compõem a carteira da instituição apresentaram rentabilidade negativa, tendo sido alocados 20,17% (vinte vírgula dezessete por cento) dos recursos nos fundos de ações, 8,92% (oito vírgula noventa e dois por cento) nos fundos

multimercado e 1,26% (um vírgula vinte e seis por cento) no fundo imobiliário. Dessa maneira, o segmento apresentou uma rentabilidade negativa de R\$ 1.359.786,99 (um milhão, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos). No tocante aos fundos para alocação Taxa de Administração, todos de curto prazo, houve o retorno de R\$ 2.836,18 (dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e dezoito centavos). Quanto aos recursos financeiros, 69,44% (sessenta e nove vírgula quarenta e quatro por cento) foram alocados em fundos de renda fixa, 30,25% (trinta vírgula vinte e cinco por cento) em fundos de renda variável e 0,32% (zero vírgula trinta e dois por cento) em DAV, totalizando R\$ 156.324.527,01 (cento e cinquenta e seis milhões, trezentos e vinte e quatro mil, quinhentos e vinte e sete reais e um centavo). Dentre as instituições financeiras, os recursos se encontram principalmente na Caixa Econômica Federal, 40,34% (quarenta e vírgula trinta e quatro por cento), Banco do Brasil, 17,42% (dezessete vírgula quarenta e dois por cento), e Banco Itaú, 11,10% (onze vírgula dez por cento). Prosseguiu-se então para o Relatório Simplificado de Gestão Fevereiro/2021, com as seguintes informações: Aposentadoria: 260; Pensão por Morte: 107. Benefícios custeados pelo IPREVI: Aposentadoria – Valor: R\$ 362.468,14 (trezentos e sessenta e dois mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos); Pensão por Morte– Valor: R\$ 112.949,09 (cento e doze mil, novecentos e quarenta e nove reais e nove centavos). Total de Benefícios Pagos pelo IPREVI: R\$ 475.417,23 (quatrocentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e dezessete reais e vinte e três centavos). Por parte da PMI foram pagos: Aposentadoria – Valor: R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos). Pensão por Morte – Valor: R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). Total de Benefícios Pagos pela PMI: R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). Total Geral: R\$ 556.435,45 (quinhentos e cinquenta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos) e 367 beneficiários. Após, por meio do Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos e Quadro de Pessoal, verificou-se que na competência de fevereiro de 2021, a Instituição fez a gestão de 260 aposentadorias, 107 pensões por morte, 11 servidores concursados e 3 servidoras designadas para Diretoria. A Diretora Presidente informou aos conselheiros que o candidato aprovado e convocado pela



realização do Concurso Público se apresentou a Instituição durante a semana, sendo esperado que a formalização de sua posse ocorra na semana seguinte. Trouxe ainda para posicionamento do Conselho Fiscal, a deliberação do Conselho Deliberativo sobre o encaminhamento de ofício à Prefeitura Municipal requerendo informações acerca dos números de Auxílio Doença, o que foi aprovado por unanimidade pelos presentes. Em seguida, foi apresentado o Relatório Mensal do Controle Interno referentes aos resultados do exercício de 2021 a partir dos números obtidos em fevereiro. Nesse sentido, a aposentadoria por idade permanece sendo a categoria que concentra maior número de beneficiários, com 160 aposentados, tendo havido quatro novos benefícios concedidos na categoria durante o referido mês. Em seguida está a categoria de aposentadoria por incapacidade permanente, com cinquenta aposentados, colocando aqui no que se refere à aposentadoria por tempo de contribuição, a concessão de dois novos benefícios, passando então de 35 aposentadorias na categoria em janeiro para 37 em fevereiro. Quanto aos processos abertos durante a competência, foram abertos: três de aposentadoria, um de pensão por morte e seis administrativos, totalizando a abertura de dez processos na Autarquia durante o mês. No tocante aos recadastramentos, foram recadastrados 25 dos 26 beneficiários relativos ao mês de fevereiro, esse beneficiário não-recadastrado já foi notificado pelos meios oficiais, e conforme deliberado pelos órgãos colegiados, teve seu benefício suspenso até a regularização. Foi apontado que o beneficiário que não tinha procedido com seu recadastramento em janeiro e teve seu benefício suspenso, regularizou a situação na competência de fevereiro, logo, teve o benefício regularizado. Em seguida, foi abordado o andamento dos pagamentos por parte do ente federativo relativos aos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial firmados, existindo ainda um saldo a pagar de R\$ 20.905.879,50 (vinte milhões, novecentos e cinco mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta centavos) face ao valor consolidado total de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) dos acordos 1961/2017, 1962/2017, 1963/2017, 1964/2017 e 080/2018, tendo sido adimplido, portanto, R\$ 7.968.362,45 (sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, trezentos e sessenta e dois reais e quarenta e cinco centavos) dos acordos firmados.

Quanto ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, há o valor a pagar de R\$ 50.266.835,19 (cinquenta milhões, duzentos e sessenta e seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais e dezenove centavos) face ao valor consolidado de R\$ 61.228.650,77 (sessenta e um milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e setenta e sete centavos), tendo sido adimplido, portanto, o montante de R\$ 10.961.815,58 (dez milhões, novecentos e sessenta e um mil, oitocentos e quinze reais e cinquenta e oito reais). Quanto às parcelas em atraso e atualização de valores conformes índices estabelecidos dos Acordos de Parcelamentos e Plano de Amortização, há um valor pendente de pagamento proveniente de juros das 2ª e 3ª parcelas que foram realizadas fora do prazo legal de R\$ 7.541,31 (sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e trinta e um centavos) dos primeiros. Logo após, a Diretora Presidente exibiu o Balanete do mês de Fevereiro/2021, no qual se demonstrou que as receitas e despesas fecharam em R\$ 159.696.763,43 (cento e cinquenta e nove milhões, seiscentos e noventa e seis mil, setecentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos). O balanete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.2, II, b) da Lei nº 863/2017. Como última pauta, foi feita a apresentação do Plano de Ação Anual do Controle Interno para o exercício de 2021, estruturado pelos tipos de Controle que serão realizados, Auditoria de Planejamento, Auditoria de Conformidade e Auditoria de Acompanhamento, bem como as ações de controle, o controle preventivo, o controle detectivo e o controle corretivo. Após a apresentação, o Plano foi devidamente aprovado pelos Conselheiros. Por fim, todos os conselheiros titulares deste Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 3ª Reunião Ordinária. Em tempo: Em seguida, foi apresentado para apreciação dos conselheiros o Planejamento Estratégico para 2021-2025, onde ficaram demonstrados que durante esse período, os pilares de Trabalho da Autarquia seriam a Satisfação na Prestação de Serviços, as Boas Práticas de Gestão de Ativos e Passivos e a Governança Corporativa, sendo destinchados seus respectivos objetivos estratégicos, métricas e metas para o presente ano. De forma complementar, foi apresentado o Plano de Trabalho de 2021 e o Relatório de Gestão Atuarial de 2021. As matérias apresentadas foram complementadas pela apresentação do Processo Administrativo nº 074/2021 que trata das propostas para elaboração

da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2022, contendo o demonstrativo da avaliação da situação financeira e atuarial do RPPS, projeção atuarial (plano financeiro e plano previdenciário) e as propostas das ações a serem desenvolvidas na área de atuação da Autarquia, destacando que as mesmas foram baseadas no Plano Plurianual de 2018/2021. O Plano Plurianual de 2022/2025 está em fase de elaboração já que ainda não houve o dimensionamento financeiro das ações propostas no Planejamento Estratégico 2021-2025, e assim que for concluído, será submetido à apreciação dos órgãos colegiados e as ações da Lei de Diretrizes orçamentárias serão atualizadas. Houve ainda a apresentação dos mapeamentos dos procedimentos relativos à Arrecadação e Controle de Repasses, Requisição de Compensação Previdenciária, Atividades Jurídicas e Gestão da Folha de Pagamento dos Servidores da Autarquia além do Plano de Capacitação Permanente do Setor de Benefícios e do Relatório de Governança Corporativa de 2020, que trouxe o compilado dos principais resultados observados pela Autarquia no exercício anterior. Os relatórios foram analisados e as ações propostas aprovadas.

Conclusão: Antônio Rêda de Melo, Andréa da Silva Lima,  
Osh Profiro de Lima, J. F. de S. Ferreira  
Gonçalves,